

**GRUPO DE TRABALHO
PARA ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DOS
INCÊNDIOS FLORESTAIS**

5 de fevereiro de 2014

(3.^a Audição)

SUMÁRIO

O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho, Vice-Presidente Guilherme Silva, deu início à audição eram 12 horas e 42 minutos.

O Sr. Comandante Jaime Marta Soares (Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses) fez uma apresentação ao Grupo de Trabalho, a qual o Sr. Deputado Maurício Marques (PSD) agradeceu.

O Sr. Coordenador encerrou a audição eram 13 horas e 30 minutos.

O Sr. Coordenador (Guilherme Silva): — Está aberta a reunião.

Eram 12 horas e 42 minutos.

Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Antes de mais, começo por agradecer à Liga dos Bombeiros Portugueses, na pessoa do Sr. Comandante Jaime Marta Soares e dos demais representantes aqui presentes, a disponibilidade para virem dar o seu contributo aos nossos trabalhos.

Este Grupo de Trabalho foi constituído por iniciativa da Sr.^a Presidente da Assembleia da República, naturalmente muito associado ao ano difícil, em matéria de fogos florestais, que o País viveu em 2013. Tem como objetivos identificar eventuais constrangimentos legislativos que exijam uma intervenção da Assembleia mais atualizada, inovadora e corretiva nesse domínio, mas também identificar um conjunto de medidas que se entendam adequadas, quer medidas legislativas, quer medidas concretas que se possam recomendar ao Governo no sentido de tornar mais eficaz a prevenção e o combate aos incêndios florestais.

A organização do Grupo de Trabalho teve de ser seletiva relativamente às entidades a ouvir, uma vez que o tempo não nos permite alargar excessivamente este tipo de diligências, mas naturalmente que a Liga, e as pessoas que a integram, tem sido uma entidade com um papel relevante nesta matéria ao longo de muitos anos, pelo que não podíamos deixar de a ouvir.

Para nos dar a sua opinião e transmitir a posição da Liga dentro destas balizas e objetivos, dou a palavra ao Sr. Comandante Jaime Marta Soares.

O Sr. Comandante Jaime Marta Soares (Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses): — Sr. Coordenador e ilustre amigo Deputado Guilherme Silva, Sr.^{as} e Srs. Deputados, uma saudação muito amiga e muito respeitosa por parte da Liga dos Bombeiros Portugueses.

É com muita satisfação e com muito sentido de responsabilidade que estamos aqui perante este Grupo de Trabalho da Assembleia da República, pelo que saudamos a sua existência e acreditamos que serão dados passos — depois de ouvirem várias entidades e com a preocupação que têm tido — que poderão permitir concluir muitas situações que são preocupantes e que há a necessidade de ultrapassar. Neste sentido, agradeço o convite para estarmos aqui.

Sr. Coordenador, se me permite, entregava-lhe já dois documentos. Um documento é fruto do trabalho de todos, inclusive dos responsáveis pela Liga dos Bombeiros Portugueses, que ouviram, desde a base, os relatos sobre os fogos florestais de 2013. Este documento também inclui as preocupações relativas a anos anteriores, que se tivessem sido devidamente tratadas, porventura, não teríamos chegado a muitas destas situações.

O outro documento tem a ver com o regulamento do Fundo de Proteção Social do Bombeiro. Não nos queremos desviar daquilo que nos traz aqui, mas com certeza que sabem que ouvimos algumas coisas que aqui foram ditas e que são preocupantes, por isso não podemos deixar de dar resposta àqueles que aqui estiveram e que nos antecederam.

Não podemos deixar passar algumas acusações — algumas dentro dos seus conceitos e desconhecendo a realidade —, pois têm de ser efetivamente provadas..., se não andamos sempre a brincar às instituições e às entidades! Dizem o que lhes apetece dizer e passam impunes, mesmo perante afirmações que são gratuitas, mas que têm um conteúdo de alta

responsabilidade. Por isso, as pessoas têm de ser responsabilizadas por aquilo que dizem e fazem.

Se V. Ex.^a permitisse, passava a ler a introdução, que contém os nossos pontos de vista, do Relatório DECIF, que consta da Análise da Liga Portuguesa dos Bombeiros Portugueses ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais.

«Os incêndios florestais de 2013 foram dos mais graves e complexos, desde que há registo destes incidentes. Nunca, em período tão curto e em condições climáticas tão adversas, estiveram em risco tantas pessoas e bens que, em muitos casos, os fogos não pouparam, como foram os infelizes acontecimentos dos oito bombeiros e do Presidente da Junta de Freguesia de Queirã que vieram a falecer, bem como muitos outros que ficaram também com ferimentos muito graves e vários feridos ligeiros.

Já foi dito inúmeras vezes, mas nunca é de mais afirmar, que nenhum bem material vale a vida de um homem ou de uma mulher bombeira, mas o fogo não tem, nem nunca terá, em conta essa realidade.

É preciso, é necessário, é fundamental, criar condições a montante para que tal não se repita, e essa função não depende dos bombeiros, mas, outrossim, de uma floresta bem cuidada, tratada e adaptada às novas realidades, nomeadamente climáticas. Essa função passa sobretudo por uma prevenção estrutural permanente, fora das épocas com maior incidência de fogos florestais. Exemplos: realização de fogos controlados, plantação de espécies autóctones, concretização do mosaico florestal. Estes são, entre muitos outros, objetivos que se impõe serem rapidamente implementados.

Uma floresta limpa, planeada, ordenada e permanentemente vigiada é fundamental para contrariar a propagação dos incêndios florestais. Há

ainda um fator primordial, prioritário e urgente que é a elaboração do cadastro da propriedade florestal.

Sendo esta uma importante premissa, existem naturalmente outras, que procuraremos elencar através deste documento, que em sede de discussão alargada vamos tentar melhorar.

Ninguém pode ter a veleidade de pensar em erradicar, definitivamente, os incêndios florestais. Podemos, no entanto, isso sim, aprender com os erros cometidos e procurar criar todos os dias condições para melhorar o que considerarmos ter sido no passado menos bem conseguido.

Este trabalho com base no relatório do CNO (Conselho Nacional Operacional) foi inicialmente apresentado pelo Conselho Executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses a fim de recolher os contributos das Federações Distritais de forma a elaborar uma análise rigorosa do dispositivo de combate a incêndios florestais DECIF/2013.

Apesar dos naturais constrangimentos próprios de uma estrutura organizacional como a nossa, os bombeiros portugueses deram provas cabais da sua capacidade e competência, defendendo até à exaustão e com sacrifício da própria vida os bens e haveres das populações.

Face ao número de ocorrências e às condições em que se desenvolveram, estamos certos que, não fora a grande capacidade dos Bombeiros, e o País teria a lamentar muito mais perdas de vidas e de haveres.

Conclui-se que sempre que se entenda necessário proceder à elaboração de inquéritos, ou relatórios, devem as equipas técnicas, constituídas para o efeito, ter obrigatoriamente na sua composição um ou mais representantes da Liga dos Bombeiros Portugueses, com competência e especialização das matérias a inquirir.

É certo que o DECIF/2013 contempla no seu dispositivo um maior número de recursos humanos, meios terrestres, aéreos e equipamentos alguma vez reunidos. Contudo, não foi isento de erros e falhas que urge corrigir, de forma concreta, objetiva e urgente. Nesse sentido, contemplamos um conjunto de propostas que, a serem acolhidas, contribuirão substancialmente para que tais erros não se repitam.

Na prossecução de objetivos prospetivos, salienta-se a possibilidade da criação de equipas de sapadores florestais no âmbito das Associações Humanitárias de Bombeiros, bem como da instalação do Observatório Nacional para os Fogos Florestais.

Ao mesmo tempo que este documento é observador, analítico e crítico, também por isso lhe competirá apresentar propostas concretas e objetivas, contribuindo, desta forma, para uma acentuada melhoria na construção do DECIF/2014.»

Depois, há um conjunto de situações que, muitas vezes, têm implicações na possibilidade de as estruturas dos bombeiros poderem responder ainda melhor, mas para isso os poderes instituídos — o poder central, o poder local e também a própria Assembleia da República, a Casa das grandes decisões — devem ter em linha de conta um conjunto de situações e de legislação. Seria importante que estas situações não se arrastassem meses e anos pelos gabinetes das várias entidades. Se a legislação for rapidamente produzida — claro que tem de seguir os seus trâmites normais —, pode ser feita de uma forma mais expedita, atendendo a que o socorro às pessoas não tem «tempo de espera», tem de ser ao milionésimo de segundo e as pessoas têm de estar devidamente preparadas para poderem responder, não só em termos de recursos humanos, mas também de equipamentos que alavanquem uma boa prestação e uma boa qualidade de serviços. É disso que Portugal precisa.

Quero dizer ao Sr. Coordenador e aos Srs. Deputados que se nas minhas palavras passo, porventura, a ideia de exagero, ele não tem vaidade. Tenho consciência e assumo o sentido de responsabilidade quando digo o seguinte: Portugal tem recursos humanos com conhecimentos aprofundados no combate aos fogos florestais — é o caso de que estamos a falar —, que correspondem só a cerca de 6% da atividade dos corpos dos bombeiros, dos melhores que há na Europa e no mundo.

Compare-se com o Chile, com a Espanha, com a Austrália, com a Califórnia e com muitos outros países que, efetivamente, têm incêndios tal como Portugal. Veja-se as quantidades enormes, incomparavelmente superiores, de hectares ardidos, de vidas perdidas, de património perdido, de tudo perdido. Portanto, comparem e vejam que esta estrutura que assenta, essencialmente, em 231 associações de corpos de bombeiros voluntários, como sustentáculo do voluntariado, tem 31 000 homens ao serviço, sempre do ativo, e com mais de cerca de 30 000 que estão no quadro de reserva, no quadro de honra e num quadro de especialistas que desejamos.

Veja-se que há um documento que já foi aprovado e negociado por todos os parceiros e que, efetivamente, já está aprovado em Conselho Nacional de Bombeiros, mas que está a arrastar-se há meses para ser publicado. É que este é um simples documento que não tem custos para o Estado e que permite que muita gente, como engenheiros, médicos, sapateiros, pedreiros, aliás, toda a gente, possa entrar nos corpos dos bombeiros para fazer a sua prestação de serviços. Portugal não tem crise de voluntariado.

Sr. Coordenador, também deixo o apelo de que é preciso criar incentivos ao voluntariado: os bombeiros não querem subsídios, nem o que quer que seja; apenas querem incentivos ao voluntariado e que esses

problemas que têm acontecido relativamente ao IRS, de uns pagarem e outros não, sejam resolvidos. Como é possível não sinalizarem bem estes assuntos? Dando-lhes um tempo para usufruir e pagando uns anos de reforma não antecipada, mas, que, em cada quatro anos, teriam 25%, pagando a sua reforma.

Não podemos esquecer que, caso se queira comparar, o exercício da função de bombeiro é de risco, seja ele profissional ou voluntário. O que diferencia os bombeiros é o salário ou a farda que envergam, mas o sentimento e a nobreza da prática de socorro é igual. Veja-se que em Portugal os principais agentes de proteção civil, que estão na ordem dos 90%, assentam nestas estruturas de associativismo e voluntariado.

Hoje, voluntariado não é sinónimo de amadorismo. Os bombeiros portugueses aprendem para saber, porque sabem que é preciso saber para salvar. Há formação, há conhecimento e hoje há das técnicas mais apuradas naquilo que é necessário para preparar uma mulher e um homem para, na área do socorro, saberem o que estão a fazer.

Toda esta especulação que houve durante os fogos florestais de 2013... Infelizmente, desde 1980 que há uma média de sete, oito mortes por ano. Este ano foi mais dramático, foi muito complicado, mas nós queremos trazer isso para zero. Ninguém negligencia a vida. Os bombeiros são esperança de vida, não são esperança de morte, e sabem que se não estiverem bem preparados não podem fazer chegar corretamente o socorro às pessoas que precisam dele.

Também quero dizer que já analisámos todos os relatórios e que nenhum diz, concretamente, que o bombeiro foi negligente, pois são as circunstâncias do momento. Quanto àqueles jovens que morreram no Caramulo, quando os bombeiros chegaram ao local o incêndio já estava a mais de 2,5 km de distância. Um incêndio, em frações de segundo, pode

saltar a quilómetros de distância, pode rodear os bombeiros. É a natureza zangada e o homem não a consegue ultrapassar, combater e tem muitas vezes sobra perante ela. Mas não é por falta de conhecimento, nem por uma atitude suicida, em que parece que andaram no teatro de operações.

Sr. Coordenador, para aligeirar e para poder andar rapidamente nesta questão, apelo à Assembleia da República o facto de haver uma circular financeira que define todos os anos determinado valor e que, apesar de o Ministério da Administração Interna, nestes dois últimos anos e meio, ter para com a Liga dos Bombeiros Portugueses e para com os bombeiros portugueses um tratamento que nunca vimos —, não estou aqui com sectarismos nem partidarismos — nenhum governo, ao longo dos anos, em termos de Ministério da Administração Interna, soube entender, dialogar, tratar, procurar, ajudar a resolver os problemas através do diálogo, da discussão, de negociações rijas, de muitas vezes ter de bater com a porta e virar as costas e não se continuarem as negociações, até o bom senso vir ao de cima e entendermos que esta estrutura pode estar, hoje, muito aquém daquilo que se pretende. Mas sabemos que há a preocupação de encontrar os caminhos para ultrapassar as dificuldades.

O Dispositivo — isto é uma coisa impressionante! — de combate a fogos florestais em 2013 foi o melhor e mais bem trabalhado e composto dispositivo que alguma vez existiu em Portugal, quer em recursos humanos, em viaturas, em aumentos da circular financeira, em financiamento. Por isso, os bombeiros não arranjam qualquer tipo de bode expiatório e é uma preocupação constante de que isto vá para diante, mas a circular financeira não chega, nem é aquilo que nós pretendemos.

Pretendemos uma lei de financiamento das associações e dos corpos de bombeiros em Portugal. Queremos a tipificação dos corpos de bombeiros, ao nível municipal, e queremos, de uma vez por todas, que seja

implementada a taxa municipal de proteção civil, que é uma competência das câmaras municipais, que têm a sua autonomia que respeitamos.

Os bombeiros só pedem às câmaras municipais uma pequena e diminuta taxa municipal de proteção civil. Sabemos que têm muitas dificuldades financeiras, que não permitem muitas vezes ajudar mais os seus bombeiros. Em termos de financiamento, as câmaras municipais financiam muito mais que o próprio poder central e essa sobrecarga que têm — e hoje também existem mais impostos para as populações — torna-se complicada.

Mas uma pequena taxa pode efetivamente ajudar a resolver, não na totalidade mas minorando os problemas das finanças dos corpos de bombeiros, porque a sustentação financeira é um problema.

Não pensem, Srs. Deputados, que a Liga dos Bombeiros Portugueses vem para aqui com situações miserabilistas ou que vem aqui pedir caridade. Nada disso! A Liga dos Bombeiros Portugueses entende que deve ser feita uma lei de financiamento e adiantamos estas questões para que se procurem, efetivamente, iniciativas nesse sentido, para que possamos ter a ferramenta adequada à prestação dos nossos serviços.

Este documento, Sr. Coordenador, contempla todas as nossas preocupações. Por exemplo, nessa circular financeira recebíamos uma percentagem — se isto cabe na cabeça de alguém! — dos combustíveis. Pagamos os combustíveis pelos valores da bomba, como toda a gente paga. Quando se negocia, podemos ter 6, 7 ou 8 cêntimos a menos, mas a circular financeira só nos pagava 1,10 € 1,15 € 1,20 € Então os bombeiros, que utilizam o combustível, que o gastam, não o levam para casa, não devem ter, pelo menos, o direito de receber o valor do combustível pelo preço que este custa e que pagam? São estas pequenas situações...

Gostaria de lhes dizer, e também já não acontecia há muitos anos, que as despesas extraordinárias dos fogos florestais do ano 2013 estão todas pagas. Os Srs. Deputados poderão dizer assim: «mas este indivíduo está aqui a fazer campanha pelo Governo ou o que é que ele está a fazer?». Nada disso!

Estou a dizer que, pela primeira vez, houve sensibilidade para as nossas dificuldades. Apesar de não estarem resolvidas todas as questões, em termos de subsidiarmos a própria estrutura do Governo, estando à espera do pagamento de um ano para o outro — algumas despesas eram pagas no ano seguinte —, este ano, no final de novembro, os corpos de bombeiros estavam todos ressarcidos das despesas que tiveram com os fogos florestais.

Sr. Coordenador, Srs. Deputados, na estrutura de comando da ANPC (Autoridade Nacional de Proteção Civil) temos de, efetivamente, ver e fazer como se faz em todo o mundo: proteção civil não é comandamento; a proteção civil é coordenação. A lei de bases da proteção civil tem de ser alterada neste sentido. O comandamento começa e acaba nos galões do comandante.

A proteção civil coordena, porque da proteção civil somos todos nós. A proteção civil começa em cada um e em todos nós, e nenhum de nós é comandante, nem somos comandados por ninguém. Admitimos participar numa estrutura que seja coordenada pelo Sr. Primeiro-Ministro — e, depois, vem por aí abaixo, conforme os patamares de responsabilidade —, mas deve ser coordenação. Do mesmo modo, qualquer comandante distrital não é comandante nenhum, é um coordenador distrital e, por isso, entendemos que a estrutura de comando tem de ser alterada.

Sr. Coordenador, Srs. Deputados, criou-se um COM, um comandante operacional municipal, que não é mais do que um comissário político dos

Srs. Presidentes de câmara — e sei do que estou a falar, portanto, mesmo que os Srs. Presidentes de câmara me queiram tratar mal, por não gostarem do que estou aqui a dizer, assumo as minhas palavras —, pode, quando muito, ser coordenador municipal, porque essa atividade de comandar... Comandar quem? Comandar o comandante dos bombeiros ou os bombeiros? Não, uma estrutura política tem de ter um órgão coordenador, não pode deixar de o ter, como antigamente havia o vereador da proteção civil. Se não querem que seja um vereador, tenham um funcionário especializado, com cursos na matéria, mas que seja um coordenador municipal, nunca um comandante operacional municipal.

Tive grandes discussões sobre esta matéria e este comando operacional municipal existe só por uma questão de teimosia de um Sr. Ministro — pessoa que respeito e de quem sou muito amigo —, que até aceitou as propostas todas da Associação Nacional de Municípios em relação à Comissão Municipal de Proteção Civil mas fez, efetivamente, cavalo de batalha deste comando operacional municipal.

Por isso é que em Portugal, praticamente, haverá 30 % ou 40 %... e se vierem a criar mais, pesquisem, mandem analisar as razões objetivas pelas quais isto acontece e o interesse que pode ter o comandante operacional municipal.

As equipas de intervenção permanente (EIP) são equipas especializadas de intervenção e entendemos que são precisas mais 100 no País. O Governo paga 50 % e os restantes 50% são pagos pelas autarquias. São equipas que estão permanentemente em alerta e que saem ao milésimo de minuto para todas as atividades.

Não podemos esquecer que os fogos florestais, em Portugal, são, no máximo, só 7 % da nossa atividade — fazemos 93 % de outras atividades

— mas dão mais nas vistas, aparecem nas televisões, vendem mais programas de televisão, são mais espetaculares e oferecem mais perigos.

Efetivamente, entendemos que estas equipas devem ser reforçadas, no mínimo, com mais 100, fazendo a cobertura do País e dando bons rendimentos. Podemos poupar dinheiro noutras coisas. Por exemplo, não se justifica os GIPS (Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro) da Guarda Nacional Republicana nesta atividade. Não queremos que esse grupo possa ser extinto na totalidade; é necessário também que haja uma equipa de cerca de 60 ou 70, para os compromissos internacionais, altamente especializados em determinada área. Mas nesta atividade não são necessários e vieram, até, criar alguns problemas porque, num momento, para os GIPS houve tudo de bom, tal como equipamentos individuais, viaturas... E sabemos também que a própria GNR não vê com bons olhos a existência desta estrutura.

Por isso, entendemos que, ficando uma equipa de 60, 70, 80 homens para compromissos internacionais e para determinadas estruturas especializadas, os outros devem ser dispensados, podendo esse dinheiro ir para outras estruturas.

Portugal não tem falta de voluntariado. Hoje os quartéis de bombeiros são escola de formação. Hoje há competência e profissionalismo no exercício da função. Claro que «não há bela sem senão», nem tudo é perfeito nos bombeiros portugueses, mas, em comparação, Espanha está a querer copiar o nosso modelo de estratégia operacional. Chegaram a vir a Portugal pessoas das regiões autonómicas de Espanha, principalmente da Galiza, para copiar o nosso modelo. Só que a solidariedade e o humanismo, diria a entrega, a dádiva, a cidadania ativa, não há em todos os países como há em Portugal.

Portugal tem um povo — e os bombeiros são uma emanção desse mesmo povo — com valores de solidariedade e de humanismo. Por isso é que há, em Portugal, tantos milhares de mulheres e homens que se disponibilizam para ser bombeiros voluntários. No total, ainda se mantêm 60 000. No recenseamento, estão 31 000 e o recenseamento é todos os dias atualizado. Todos os dias vemos, nos quartéis de bombeiros, os cadetes, grupos e grupos de crianças de 14, 15, 16, 17, 18 anos, sempre a aumentar, efetivamente, dentro de uma perspetiva de quem sabe que tem de fazer muitos sacrifícios, de sofrer muito para o exercício daquela função, porque o exercício da função de bombeiro é de alto risco.

Quanto à prevenção estrutural, as ações de combate são, invariavelmente, condicionadas por atividades incipientes, atividades de prevenção estrutural, vigilância, deteção e fiscalização. Existe, de imediato, uma prevenção estrutural adequada às novas exigências. Depois, com alguns apontamentos desenvolverei mais esta questão.

Os GAUF (Grupo de Análise e Uso de Fogo) devem desempenhar um papel antes do período crítico, antes da incidência dos fogos florestais.

As FEB (Forças Especiais de Bombeiros «Canarinhos») são estruturas que são dos bombeiros portugueses. Não podem ser uma guarda pretoriana, têm de ser, efetivamente, bem aproveitadas e rentabilizadas. São originárias dos bombeiros, mas não estão a ser colocadas estrategicamente no terreno como devem ser e, por isso, têm um custo muito pesado em relação à eficácia que têm tido.

Os bombeiros portugueses, fruto da questão da coordenação, entendem que, na sua organização, integrados na Autoridade Nacional de Proteção Civil — e isso já vem desde o Serviço Nacional de Bombeiros —, devem ter uma direção nacional própria, como tem a PSP a sua direção nacional de comando. Mas não queremos, nem podemos, sair da estrutura

da Autoridade Nacional de Proteção Civil. Contudo, dentro dessa estrutura, a nossa direção nacional tem de ter autonomia e um conjunto de regras, tem de ter uma ligação direta com os bombeiros, porque a Proteção Civil é um «chapéu» no seu todo, mas é muito ampla e tem a PSP, o Exército, a Marinha, a Força Aérea, tem todos...

Deixem-me dizer-lhes, Sr. Coordenador e Srs. Deputados, que a estrutura da tutela não comanda nem a Marinha, nem o Exército, nem a Força Aérea, nem a Guarda Nacional Republicana, nem os sapadores florestais, nem os serviços florestais, nem o INEM e outros. Estas são estruturas que fazem parte de estruturas diretas do Estado, são pagas pelo Estado, mas os bombeiros, que são das associações e das câmaras municipais, são os únicos que são tutelados e que, efetivamente, têm de estar debaixo da alçada estrita e, diria, apertada da Autoridade Nacional de Proteção Civil. Não pode ser!

Queremos estar na estrutura da Proteção Civil, como um agente de proteção civil, mas queremos a nossa própria direção nacional, e aquilo que apresentamos aumenta a operacionalidade e diminui os custos da atividade, como era com os CADIS (Comandos de Agrupamentos Distritais), no passado, nas cinco regiões.

Pensou-se, nos municípios, em transferir a competência da proteção civil para as CIM (comunidades intermunicipais), para as novas comunidades. Mas estas estão espartilhadas por municípios e não têm uma aproximação de interligação em termos operacionais como tem o distrito no seu todo.

Não sei se devido aos muitos anos de história dos distritos, devido ao facto de os bombeiros terem as suas federações distritais e tudo ser por agrupamento de distritos, tendo-se agora articulado de uma forma diferente com os CADIS...

Portanto, a nossa intenção é a de que os CADIS funcionem em termos regionais, ficando só um CODIS, um coordenador por distrito, e aproveitar e potenciar as zonas operacionais e os comandantes operacionais de zona, como foi no passado e que deram resultado.

Por outro lado, é preciso criar legislação que responsabilize ainda mais criminalmente os comandantes dos bombeiros e também criar legislação que, dentro do possível, possa fazer com que um comandante de bombeiros não entre agora e saia três anos depois.

Efetivamente, é necessário criar legislação que permita garantir e potenciar, em termos de competência, as capacidades e os conhecimentos para se poder estar no comando de um corpo de bombeiros pelo tempo que se conclua, operacionalmente, que uma pessoa tem competência e capacidade para o fazer.

Claro que isso tem de ser revisto e analisado à dimensão, também, da sustentabilidade. Terá de ser uma lei que leve a que — e este documento explica, mais ou menos, essa situação — essa pessoa também seja sujeita a mais tempo de formação, que seja obrigada de x em x meses a fazer requalificação para que, efetivamente, seja um comandante de bombeiros.

Entendemos que se deve exigir mais do homem que comanda um teatro de operações, onde podem estar em perigo centenas de mulheres e de homens, áreas imensas, vidas e haveres, porque um combate de um fogo florestal é uma guerra, é uma batalha das mais complexas e mais difíceis que o homem pode ter.

Quanto às zonas operacionais, também sugerimos e reiteramos a necessidade urgente...

Há 25 anos, com um Sr. General — esqueci-me agora do nome dele, mas era da aviação, chegou a ser candidato à Presidência da República, todos nós o conhecemos —,...

Uma voz não identificada: — Galvão de Melo.

Galvão de Melo, sim, senhor.

Há 25 anos fizemos um projeto — no qual eu próprio participei, passe a vaidade —, até com financiamentos externos, em que já falávamos em meios aéreos, nos *Canadair*. Propúnhamos seis, à época, e, se os tivéssemos comprado, tinham sido muito mais baratos, muito melhores e tínhamo-los aí — claro que, se calhar, já tinham de ser outros —, mas tínhamos obtido grandes resultados. Felizmente que agora vemos aqui já dois para entrar na próxima época...

Os grupos de reforço, os GRIF (Grupos de Reforço para Incêndios Florestais) e os GRUATA (Grupos de Reforço de Ataque Ampliado), têm interesse, mas têm de ser articulados e tem de se definir a estratégia — o que é o GRUATA e tem de se tratar do que é o GRIF.

Penso que, em termos de criarmos uma nova estrutura de GRUATA, se adaptarmos e modernizarmos o GRIF, ele pode efetivamente fazer melhor, mas os dois podem coabitar.

Depois, o Sr. Vice-Presidente e os Srs. Deputados poderão ver o que é que interessa destas nossas máquinas de rastos. Também entendemos que é uma ferramenta importante. Mas as câmaras municipais têm de assumir o seu papel neste aspeto, ou as empresas do setor, porque uma câmara municipal não vai comprar máquinas se não as tiverem. Mas há que criar uma condição dos seguros, porque muitas vezes as seguradoras não querem segurar as máquinas, porque vão para zonas de risco e estão sujeitas a um juro incomportável. Nem os empresários podem nem as câmaras podem... Mas há uma coisa que também não pode acontecer: é os bombeiros passaram sem elas em momentos críticos e extremamente difíceis.

Há uma questão que tem estado na ordem do dia, que é a das comunicações, a do SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal). Nós temos acompanhado o SIRESP, que pode ser uma excelente ferramenta. Não foi o SIRESP que esteve na origem das situações que se viveram... Nem que tivessem um SIRESP de cada lado e um rádio pendurado por todos os lados... Não foi isso que esteve na origem de qualquer... A causa da morte da bombeira de Carregal de Sal e dos outros não tem literalmente nada a ver com a comunicação!...

Claro que este SIRESP é um investimento muito grande, são equipamentos altamente modernos e que permitem que todas as forças, os agentes da Proteção Civil falem entre si; mas tem de haver uma melhor cobertura, tem de haver as baterias que alimentam as antenas, tem de haver um conjunto de situações. Mas quando estiver tudo afinado e a funcionar em pleno é uma boa ferramenta para ajudar a desenvolver a nossa atividade. Está aqui tudo explicado.

Quanto ao rescaldo e vigilância, há situações, como sabem, em que os bombeiros, enquanto o fogo está a arder, vão até ao limite a apagar o fogo, com aquela raiva contra o fogo, mas depois ficam quilómetros e quilómetros e quilómetros de rescaldos por fazer. Temos de criar estruturas para o rescaldo onde pode entrar o Exército, onde podem entrar os desempregados, onde podem entrar também outras pessoas como os sapadores, onde podem entrar os próprios proprietários.

Há uma coisa que tem se fazer e sensibilizar: a propriedade do Estado são 5%, ou lá o que é; o resto são propriedades privadas e o proprietário privado tem de saber também qual é o seu papel neste processo, não podemos deixar de responsabilizá-lo por esta situação.

Depois temos aqui uma questão que também pedimos aos Srs. Deputados que analisem e que é a do uso do fogo.

Claro que tem de se exigir reconhecimento de competência de utilização das técnicas de uso do fogo como ferramenta de supressão aos elementos de comandos de corpos de bombeiros que tenham formação e credenciação para tal. É que só há uma estrutura dos GUAF (Grupo de Análise e Uso do Fogo) que está a fazer isso. Os GAUF são três ou quatro equipas e, efetivamente, foram os próprios bombeiros que as ensinaram. Porque é que agora...? Foi a mesma coisa com os jipes da GNR: foram os bombeiros que lhes deram formação. Porque é que não se cria legislação? E já temos preparado um projeto que apresentaremos; não temos competência para fazer projetos, mas queremos só colaborar num projeto legislativo para que, muito rapidamente, a Escola Nacional de Bombeiros (e a Autoridade já concordou como isso), que já está a arranjar os modelos e os módulos para que isso aconteça, ao nível de comando, possam ser credenciados para poder fazer os chamados contrafogos. Julgo que isso terá de passar... Não sei se passa pela Assembleia da República ou se é uma simples portaria, ou se é um decreto-lei, não se por onde é que isso passa...

Depois, na segurança, fazemos aqui, já estamos a fazer, a Liga dos Bombeiros Portugueses vai fazer quatro grandes sessões sobre a segurança na frente de fogo, com base na análise rigorosa de todos os relatórios que foram feitos, mas, felizmente, nenhum relatório diz perentoriamente que houve negligência do cidadão ou que houve, efetivamente, atitudes de incompetência ou de incapacidade. Mas sabemos que esta questão, como também a dos EPIS (Equipamentos de Proteção Individual)...

Na Liga dos Bombeiros Portugueses, temos uma estrutura que eu exigi — e o termo é mesmo meu, se calhar é prepotência de um presidente, mas chamem-lhe o que quiserem. Costumo dizer que presidente é presidente e nesta situação, em relação ao equipamento individual, sou de uma exigência até ao limite de certificação.

Mas temos de separar o equipamento do treino do equipamento para estar no teatro de operações. E foi feito agora um concurso para 50% dos bombeiros, de 6 milhões de euros, já estão disponíveis mais 6 milhões de euros. Mas houve, na minha opinião, na nossa opinião, uma prática com a qual não concordei muito e disse ao Sr. Ministro: «Deram isso para serem...». Nós também sabemos que é por causa da contratualização, para ser através das CIM, por causa das verbas comunitárias. Mas a Liga dos Bombeiros Portugueses propunha-se fazer esse concurso, com base nos cadernos de encargos feitos pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, como também foram feitos para as CIM pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, mas não sei é se foram cumpridos com o rigor que se exige. E, hoje, um equipamento de proteção individual é importante para salvar as vidas das pessoas, porque qualquer equipamento que não esteja devidamente certificado ajuda mas é a matar e não, efetivamente, a defender.

Sr. Vice-Presidente e Srs. Deputados, há uma questão para qual vos queria sensibilizar, que é a do seguro dos bombeiros para a morte e invalidez. Temos também já um projeto legislativo pronto, já o apresentámos ao Sr. Ministro da Administração Interna, já o apresentámos à Autoridade, que é o seguinte: neste momento são 225 vezes o salário mínimo nacional por morte e invalidez permanente. Nós entendemos e fomos saber quanto é que um autarca tem do seu seguro, que é lá a distância do bombeiro... O homem bombeiro é igual ao homem autarca e os riscos do homem bombeiro são superiores aos do autarca..., e vamos aos polícias, e vamos a toda a gente e vemos que nós é como que uma esmola...

Não estamos a pedir... Estamos a pedir para a morte, que isto é nitidamente pedir para a morte, para quando morre um cidadão! Pedimos que estas 225 vezes de salário mínimo nacional sejam aumentadas. Mas

deve separar-se do salário mínimo nacional a morte e invalidez permanente, devem ser diferentes, porque a morte ainda tem uma pensão de preço de sangue... Portanto, a família recebe a indemnização e, depois, recebe todos os meses aquilo que é feito através do Ministério das Finanças, da segurança social e da Autoridade Nacional de Proteção Civil. O preço de sangue é definido pelos valores de compensação do seu dia-a-dia.

Porque é que queremos separar a morte e invalidez permanente? Porque nunca se sabe, a invalidez pode ser 20%, 30%, 40%, 50%, 70%, 80% ou 100% e dão-lhe aquela indemnização. Mas todos nós sabemos que um homem nunca sabe quantos anos vai ficar inválido e aquele dinheiro que muitas vezes lhe dão para pagar a indemnização da invalidez não chega para ele alterar a casa, para ter uma cadeira de rodas, para ter duas ou três pessoas a tratar dele...!

Portanto, temos de separar estes valores, fazer um pequeno aumento e também dar-lhe um subsídio do tipo do da pensão de sangue. Não pode ser a pensão de sangue, mas pode ser um salário, um salário e meio ou dois salários com base no IAS.

Estamos a falar em coisas de tanta justiça social... Não se esqueçam, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que 90% dos milhares de mulheres e homens que estão nos quartéis de bombeiros — porque hoje isto não se compadece com o toque da sirene, têm de lá estar profissionais e por causa do serviço de saúde — são voluntários e são de todos os estratos sociais, são mulheres e homens iguais a outras mulheres e a outros homens, mas têm uma forma de estar na vida tal que deixam tudo para estar a fazer... Acho que o País, acho que a pátria deve estar atenta a estas pequenas coisas; são pequenas coisas em relação a tantas coisas que se gastam e são coisas tão simples, mas efetivamente importantes.

Depois há esta questão: só há 20 vezes o salário mínimo nacional para pagar internamentos e tratamentos. Só de um bombeiro de Lourosa, que esteve internado meio ano na Prelada, no Porto, temos uma fatura para pagar de 370 000 € Temos um fundo. Está aí, e VV. Ex.^{as} apreciem o fundo, porque aqui foram ditas coisas contra o Fundo Social do Bombeiro, que tem regras legais bem definidas e é uma parceria com o Governo. Portanto, são coisas rigorosas..., não há aqui, efetivamente, falhas. Há um regulamento que se cumpre.

Mas a Liga dos Bombeiros Portugueses, no seu projeto, faz com que se possam aumentar os valores de que estou a falar, por exemplo, de 40 para 100 vezes o salário mínimo nacional para tratamentos e internamentos, mas a Liga corta num conjunto que está na apólice, aqueles cortes que faz em relação aos cadetes, em relação aos quadros de honra. Tem de ser uma negociação entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil, o MAI, a Liga e a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Sei que logo virá a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Se VV Ex.^{as} entenderem ajudar a que... Já falei com o secretário-geral e, portanto, as coisas podem estar bem encaminhadas.

Quanto aos planos municipais de emergência, Sr. Vice-Presidente e Srs. Deputados, só estão aprovados cerca de 40% dos planos municipais de emergência, em 308 municípios, o que é muito pouco. Há necessidade de os municípios portugueses aprovarem os seus planos municipais de emergência. Porquê? Porque no teatro de operações, num grande incêndio, aciona o plano de emergência, aciona logo todo um conjunto de estruturas que podem, devidamente organizadas, ajudar a resolver muitas preocupações. Este documento está aí, Sr. Vice-Presidente.

Gostaria também de deixar uma palavra em relação a algo que tem de ser visto — e é na Assembleia da República, penso eu — em relação à

situação dos 25 corpos de bombeiros municipais que não têm estatuto, que não podem ser admitidos mais no corpo de bombeiros, que estão a envelhecer e não pode haver admissões, não há progressão na carreira por parte desses bombeiros. Isso devia ser entendido dentro de uma estrutura de uma câmara municipal, um departamento especializado. Nomeadamente no do Algarve, meu querido amigo Deputado Miguel Freitas, estive reunido com a AMAL (Comunidade Intermunicipal do Algarve) e eles, os presidentes de câmara, estão todos empenhados e há situações em que dizem: «Agora, temos aí uns velhos, uns barrigudos (...)» — desculpem esta linguagem — «(...) e porque não há possibilidade de admissões, não há possibilidade...». Estas coisas têm de ser vistas e têm de ser analisadas.

Quero ver se não vou ser muito demorado, mas há coisas que gostaria de dizer.

O Sr. Coordenador: — O tempo é muito escasso.

O Sr. Comandante Jaime Marta Soares: — Sr. Vice-Presidente e Srs. Deputados, os fogos florestais têm graves implicações na vida dos portugueses, nomeadamente no âmbito de perdas de vida e de haveres, degradação do território, com grandes implicações também pela situação da erosão do solo, do assoreamento dos rios, das inundações, de tudo o que está subjacente.

A floresta é uma frente de desenvolvimento económico que está desaproveitada. Em termos de meio ambiente, é trágico o que se passa por causa dos incêndios florestais. Tudo isto faz com que o espaço interior se desertifique e não haja investimento nesta área. Há que fazer regressar se calhar não as pessoas mas estratégias e projetos à zona onde as pessoas não estão para rentabilizar essas áreas, porque são áreas de desenvolvimento

económico. Portugal já conseguiu equilibrar a sua balança de pagamento quanto ao que importava em termos de géneros alimentares com o produto da floresta.

É preciso, efetivamente, entender a floresta como uma riqueza nacional.

Há uns anos, há muitos, o Professor Cavaco Silva chamou-lhe o «petróleo verde» dos portugueses. Acho que a floresta é o «petróleo verde» dos portugueses e temos de ver o que lhe está subjacente.

E há que entender que isso também é feito através da implementação das ZIF, das zonas de associativismo, porque o coletivo deve sobrepor-se ao individual. Há que fazer porventura uma lei expropriante da utilização do solo, porque um indivíduo não pode só por si criar impedimentos de milhares de hectares, de centenas de hectares que podem dar rendimento.

Também gostaria de dizer-vos que Portugal e os bombeiros portugueses estão preparados para um combate entre 200 e 250 fogos por dia. Quando há esta loucura, quando se passa para 300 e 400 fogos não há País no mundo, não há nenhuma estrutura no mundo que consiga resolver esse problema.

Muito rapidamente também os corpos de bombeiros querem um reforço estruturante da formação, dentro daquele princípio de levar a formação ao bombeiro, ao quartel, como apoio às ULF (Unidades Locais de Formação). São coisas que não têm custos muito grandes. Têm é de muitas vezes não «emparedar» no raio (desculpem) da portaria, do decreto, daquele gabinete que não se entende com o outro, porque muitas vezes falta-lhe o conhecimento do terreno.

Isto que a Assembleia da República está aqui a fazer, e que já fez muitas vezes, é extraordinário.

Podemos até vir aqui dizer muitas asneiras, mas no meio delas há de

haver algumas coisas que os senhores entendam aproveitar.

Já falei da legislação dos quadros de comando e, portanto, essa questão já está mais ou menos falada.

Sr. Coordenador, quanto à prevenção da floresta portuguesa, o problema está a montante.

A floresta portuguesa está completamente abandonada — aliás, já sugerimos ao Sr. Ministro da Administração Interna e, no caso concreto, à Sr.^a Ministra da Agricultura a criação de um observatório nacional para os fogos florestais, que poria pessoas competentes a falar sobre esta matéria e a definir estratégias, mas que organismo seria auditado para dar resultados práticos.

E digo isto, Srs. Deputados, porque há 15 anos houve uma estrutura em Portugal que se chamava CNEFF (Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais) que reunia um conjunto de *experts* na matéria e que definiu estratégias — aliás, o Sr. Deputado Maurício Marques que está aqui sabe bem disso — desde as infraestruturas das helipistas, dos heliportos, dos aeródromos, das balsas de água, das estradas e caminhos... Foi tudo feito em parceria poder central/poder local, sendo que esta Comissão CNEFF implementava e exigia às CEFF (Comissões Especializadas em Fogos Florestais) que reunissem todos os meses, que fizessem projetos e, não tenham dúvidas, fizeram-se autênticos milagres. Com pouco dinheiro conseguiu fazer-se muita obra, porque estas comissões colocavam as freguesias a trabalhar, colocavam o próprio povo a participar na ajuda, participavam as câmaras municipais, havia projetos definidos sobre o que se devia fazer e, repito, fez-se muito. Mal deste País se não tivesse essas infraestruturas que foram feitas... Mas, depois, extinguiram essa Comissão, porque, se calhar, incomodava...! O poder político, Sr. Vice-Presidente e Srs. Deputados, do meu próprio partido e dos outros partidos...

Digladiavam-se o ministro do planeamento e o ministro da administração interna a ver quem é que geria o processo e a direção-geral das florestas e o ministério das florestas boicotava todos os dias a existência desta estrutura... Ora, isto tem de acabar! Estamos num País moderno, num País que sabe que tem de enfrentar as situações e que tem de resolvê-las.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, também se devia pôr a funcionar os gabinetes técnicos florestais que podem ser uma alavanca fantástica para as CEFF reunirem e fazerem os seus relatórios, porque elas também não são muitas, são 268, não é o País todo, porque há municípios que não precisam de CEFF a funcionar, porque não têm florestas e como também não contam as da Madeira e dos Açores.

Portanto, são 268, sendo que chegamos a atingir 245 em funcionamento e foi uma coisa extraordinária, «super bem» coordenada pelo Coronel — agora não me recordo do nome dele...

Então, vamos lá ver: isto não exige grande dinheiro... Aliás, o primeiro grande dinheiro para isto foi dado pelas celulosas, com que eu embirrei, e foram 300 000 contos/ano. As celulosas deram esse montante três anos seguidos e eu disse: se isto é para continuar com as celulosas, vou-me embora, porque não quero dinheiro das celulosas, pois entendo que o dinheiro das celulosas metido nisto não dignifica o sistema.

Depois vários governos começaram com 600 000 contos, chegou a atingir-se 1,2 milhões de contos, e esta verba era como o «milagre das rosas» ou o da multiplicação dos pães... Faziam-se infraestruturas por todo o lado, as helipistas, os aeródromos, os heliportos, que existem neste momento e que são utilizados, as balsas de água, as linhas de corta-fogos, foram todos feitos naquela altura com aquele dinheiro...

Então, pergunto: porque é que não se reeditam estas estruturas simultaneamente com a criação do observatório — e o observatório não é

para pagar nada a ninguém, são pessoas que fazem parte da estrutura, são como, sei lá..., «senadores» que ajudam a resolver o problema, são pessoas que não vêm para aqui à procura de nada, mas que se faça efetivamente andar esta ideia.

Sr. Vice-Presidente e Srs. Deputados, também o cadastro da propriedade florestal não está feito e sem o cadastro da propriedade florestal não podemos avançar! Há que fazer planeamento e ordenamento, mas para fazer planeamento e ordenamento tem de haver emparcelamento e para haver emparcelamento há que saber se é este o caminho que se pretende e, então, vamos por diante... Há muita floresta abandonada, que não se sabe quem são os donos, há outras pessoas que vão lá plantar eucalipto e vão lá 12 anos depois buscar o rendimento e não querem integrar-se... As ZIF são uma afirmação de liberdade democrática em que os cidadãos... Claro que nada lhes é imposto, mas tem de se lhes fazer ver a riqueza no conjunto, isto é, o emparcelamento e a criação de escala que dele advém lhes dá efetivamente mais riqueza e salvaguarda o património nacional e que o individual não pode sobrepor-se, em circunstância alguma, ao coletivo.

Portanto, o mosaico florestal, a aposta nas ZIF são situações muito, muito, muito, muito importantes.

Srs. Deputados, vou terminar, dizendo o seguinte: os planos de defesa da floresta contra incêndios já foram feitos, muitos deles, há cerca de 15 anos. Então, há que perguntar: o que é que já foi feito? O que é que não foi feito? Temos de refletir sobre isto, porque lá está contemplado muito do que temos de fazer. Aliás, em termos de prevenção estrutural há cerca de 15 anos que não há prevenção.

Houve um Sr. Ministro que um dia se virou para mim e disse: «Ó Sr. Presidente, já perdemos 30 anos na prevenção da floresta portuguesa...» E

eu disse: «Não, não, Sr. Ministro! Perdemos 60! Perdemos os 30 em que não fizemos nada e agora outros 30 para ver se fazemos alguma coisa... E ainda por cima os senhores desaproveitam o que houve de bom.» — aliás, isto deu alguma polémica.

Já falei na central de compras certificada, no pagamento às ECIN (Equipas de Combate a Incêndios) na atualização por parte da ANMP dos seguros, e peço o contributo e o apoio de VV. Ex.^{as} nesta matéria.

A terminar queria ainda dizer o seguinte: foi aqui dito que faltam especialistas nos corpos de bombeiros. Não é verdade! Os especialistas nos corpos de bombeiros são à dimensão do que é a gestão de uma associação humanitária de bombeiros e não à dimensão de uma gestão de uma estrutura que trabalha 12 horas e descansa 24 horas e se trabalha 24 horas descansa 48 horas, e que tem, com certeza, um salário justo, mas que tem regalias que o voluntário não tem.

Mas um comandante de bombeiros — e também há falhas, com certeza, que as há — tem os especialistas adequados às necessidades. Portanto, não é verdade que não haja especialistas nos corpos de bombeiros, porque o comandante dos bombeiros não quer. Não é verdade!

Os bombeiros aprendem a saber, porque quem não sabe não salva! Há uma consciência coletiva dos bombeiros portugueses, que até criaram a sua própria escola. Nós temos uma Escola Nacional de Bombeiros, uma escola dos próprios bombeiros — uma parceria entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil e a Liga dos Bombeiros Portugueses — que está hoje a ser adaptada às novas realidades. Aliás, aprovámos há oito dias o plano estratégico para 2014/2016, plano esse que será sequencial para 2016/2018, para 2018/2020, que é para ser o 2014/2020, e não tenho dúvidas que está adaptado à realidade e que está a fazer um esforço tremendo para maior e melhor formação, formação descentralizada e

articulada com todas as estruturas.

Sr. Presidente, entreguei dois documentos e quero, finalmente, dizer aos Srs. Deputados que, empenhando a nossa honra, o Fundo de Proteção Social do Bombeiro está a ser rigorosamente gerido e que se a Assembleia da República entender mande fazer uma auditoria a esse o Fundo!...

É porque há pessoas que vêm dizer para aqui coisas e isso não pode ficar impune... Nós vamos analisar, em pormenor, as palavras que foram ditas e não tenho dúvidas, absolutamente nenhuma, de que, se elas tocaram na dignidade e na honra da Liga dos Bombeiros Portugueses, nós iremos acionar perante quem de direito todos os mecanismos para não passem impunes os atropelos feitos a quem respeita todos.

Aceitamos participar em todas as reuniões, só que temos a nossa própria agenda; não andamos a reboque de ninguém, como aqui quiseram, efetivamente, intuir!

Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos sempre disponíveis para o diálogo, para ouvir tudo o que nos queiram perguntar, estamos sempre disponíveis para tudo e para todos e para conversar, de forma a que possamos melhorar as necessidades do setor, pelo que a Assembleia da República pode dispor de nós sempre quando lhes aprover, pois estaremos, repito, sempre disponíveis para vir aqui falar com VV. Ex.^{as}.

O Sr. Coordenador: — Muito obrigado, Sr. Comandante.

Como me parece que nenhum dos Srs. Deputados pretende colocar mais questões, até porque o Sr. Presidente foi bastante exaustivo...

O Sr. Maurício Marques (PSD): — Sr. Presidente, eu gostaria ainda de usar da palavra.

O Sr. Coordenador: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Maurício Marques (PSD): — Sr. Presidente, quero, através do Sr. Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses e em meu nome e no do PSD, manifestar a minha solidariedade para com as vítimas e os familiares das vítimas dos acidentes que tiveram lugar nos últimos anos no combate aos fogos florestais.

Por último, quero ainda dizer que a explanação feita pelo Sr. Presidente da Liga foi longa e, portanto, dispenso-me de colocar mais qualquer questão.

O Sr. Coordenador: — Srs. Deputados, antes de dar por encerrada a nossa reunião, quero agradecer à Liga dos Bombeiros Portugueses e ao seu Presidente o contributo que nos trouxe e os elementos documentais que nos deixou.

Gostaria ainda de dizer que se precisarmos de mais alguns elementos complementares contactaremos a Liga, pois já percebi que há alguma legislação preparada que poderá ser disponibilizada, pois isso seria importante para o nosso trabalho.

Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos.

Eram 13 horas e 30 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.